

A mulher projetada no discurso:
a construção ethótica de Senhorinha Diniz em **O Sexo
Feminino**

The woman designed in the speech:
the ethotic construction of Senhorinha Diniz in **Female Sex**

Gerlice Teixeira Rosa*

Resumo

Este artigo procura analisar a construção da imagem de si da jornalista Francisca Senhorinha Diniz, em seu periódico do século XIX, **O Sexo Feminino**. O trabalho insere-se no campo de estudos da Análise do Discurso, especialmente nos postulados sobre *ethos*, em Ruth Amossy (2005a, 2005b). Nossa metodologia centra-se nas categorias do modo de organização enunciativo, proposto por Patrick Charaudeau (2008) para, a partir dele, traçar a imagem projetada no discurso pela enunciadora. Constatamos, através das análises, a imagem de uma mulher preocupada com a inserção feminina na sociedade, construindo um *ethos* histórico, engajado, esclarecedor e pragmático.

Palavras-chave: Senhorinha Diniz; **O Sexo Feminino**; *Ethos*; Jornalismo; Mulher no século XIX.

Introdução

A dimensão comunicativa nas relações interacionais, sejam elas mediadas ou não, perpassa não só os imaginários dos sujeitos nela envolvidos, como também a

* Doutoranda em Linguística do Texto e do Discurso pela UFMG.

própria constituição do momento comunicativo, ou seja, a enunciação. Dessa forma, compreendemos que “uma enunciação se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se, prescrevendo-se um modo de existência no interdiscurso” (MAINGUENEAU, 2005, p. 77). É nesse ínterim da especificidade do discurso e das particularidades da enunciação que caminharemos por épocas passadas, para rememorar a construção ethótica de uma representante feminina do século XIX.

Propomos, portanto, uma reflexão baseada no conceito de *ethos* e na sua importância na relação entre os sujeitos inseridos na situação comunicativa. Assim, perpassaremos o discurso midiático do século XIX, presente nos exemplares do jornal **O Sexo Feminino**, um periódico originariamente mineiro, de propriedade da jornalista Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Não temos a pretensão de uma análise aprofundada sobre o periódico e sobre o *ethos* da jornalista, pois este é um processo mais longo. Porém, objetivamos uma breve reflexão desse entorno discursivo, atendo-nos apenas ao texto do editorial, veiculado na edição de 18 de agosto de 1889 do periódico.

Percebemos que há uma linha interessante, para não dizer complementar, entre a Análise do Discurso e a Comunicação, especialmente no que diz respeito à função do jornalista, aos papéis desempenhados por cada sujeito envolvido na enunciação e às construções subjetivas feitas por cada um. Dessa forma, propomos, neste trabalho, a analisar as especificidades do discurso, compreender com mais detalhes as relações existentes entre o enunciador e destinatário, visitar os imaginários presentes nesse discurso. Faremos uso, portanto, dos postulados da Análise do Discurso presentes em Charaudeau (2008) sobre as noções de sujeito e os modos de organização do discurso e dos estudos sobre *ethos* em Amossy (2005a, 2005b).

É interessante ressaltar em qual situação comunicativa estão inseridos os sujeitos. Trata-se da realidade sócio-histórica do século XIX. Tal período é marcadamente lembrado no mundo pelas revoluções ideológicas, pelas mudanças de pensamento, pelo positivismo e necessidade de progresso entre os homens. É o tempo em que a burguesia começa a se fazer mais presente no cenário político europeu. A Revolução Industrial, iniciada em fins do século XVIII na Inglaterra, traz

um novo modo de produção, de consumo e, conseqüentemente, de novas relações sociais. Os ideais da Revolução Francesa de 1789 espalharam-se pelo mundo, levando o grito de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” a todos os cantos dos continentes. Estamos também inseridos na dimensão tradicionalista da sociedade mineira, marcadamente religiosa – católica, predominantemente. No jornal, vemos que a redatora do periódico deixa clara a sua orientação religiosa em diversos artigos por ela escritos¹.

Nesta reflexão, buscamos traçar o *ethos* projetado pela jornalista no periódico **O Sexo Feminino**, com o olhar centrado no modo de organização enunciativo. Portanto, a partir das categorias propostas por Charaudeau (2008), identificamos no artigo da jornalista as marcas do discurso, sejam elas delocutivas, elocutivas, ou alocutivas. Apresentamos alguns conceitos importantes sobre *ethos* e sobre a Teoria Semiolinguística, caracterizando também o modo de organização enunciativo. Em seguida, trazemos alguns dados que caracterizam o contexto sócio-histórico da situação de comunicação analisada. Posteriormente, apresentamos informações da jornalista Francisca Senhorinha da Motta Diniz e, por fim, fazemos a análise do artigo **A racional emancipação da mulher**, apresentando, em seguida, nossas conclusões.

A relação entre os interlocutores em AD

Segundo Amossy:

A maneira de dizer autoriza a construção de uma imagem de si e, na medida em que o locutário se vê obrigado a apreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor e seu parceiro (AMOSSY, 2005a, p. 17).

Essa “inter-locução”, da qual fala Amossy, parece-nos reveladora do que compete à dimensão jornalística, à relação entre jornalista e seu público-alvo. Mesmo sabendo que se trata de uma relação monológica, notamos a interação entre

¹ No exemplar de número 8, de 25 de outubro de 1873, a jornalista sugere, ao falar dos casamentos, que sua única finalidade é que, “para que assim unidos vivão e se amem, como o Christo amou a sua igreja”. Assim, faz uma alusão à figura de Cristo, central para o cristianismo e da Igreja Católica, marcadamente presente.

os sujeitos, através deste jogo dos imaginários criados por cada um dos presentes na situação de comunicação, conforme afirma Charaudeau:

O ato de linguagem não deve ser concebido como um ato de comunicação resultante de simples produção de uma mensagem que um Emissor envia a um Receptor. Tal ato deve ser visto como um encontro dialético (encontro esse que fundamenta a atividade metalinguística de elucidação dos sujeitos de linguagem) entre dois processos: processo de *Produção*, criado por um EU e dirigido a um TU - destinatário; processo de *Interpretação*, criado por um TU'-interpretante, que constrói uma imagem de Eu' do locutor (CHARAUDEAU, 2008, p.44)

Tais processos interagem num movimento entre os sujeitos que nos permite identificar as imagens produzidas por cada um dos participantes da enunciação. Sabemos que o sujeito comunicante do discurso, ao projetar uma imagem de si no discurso, através do enunciador (Eue), cria também um imaginário do seu interlocutor, o destinatário (TUd). E, ainda, no domínio extradiscursivo está o TU interpretante, “um sujeito que age independentemente do EU, que institui a si próprio como responsável pelo ato de interpretação que produz.” (CHARAUDEAU, 2008, p. 47). No nível interno, da fala, “o sujeito enunciador é responsável por certo “efeito de discurso”, produzido sobre o interpretante” (CHARAUDEAU, 2008, p. 51). Sabemos que a validade desse “efeito de discurso” dependerá do sujeito interpretante (TUi), que receberá o discurso, construindo um imaginário sobre o EUE (EU Enunciador).

Essa relação entre os sujeitos define o contrato de comunicação, ou seja, esses indivíduos, inseridos em determinado ambiente sócio-discursivo partilham vivências, representações e práticas sociais que permitem a comunicação e efetivam a relação entre eles.

Para Charaudeau, ainda:

As estratégias de poder exercidas em uma sociedade são o resultado de ‘um jogo de ser e parecer’ entre o estatuto social dos sujeitos do circuito comunicativo (EUc/Tui) e o estatuto linguageiro dos sujeitos que a manifestação linguageira constrói (EUE/Tud).(CHARAUDEAU, 2008, P. 62)

Nesse jogo entre os imaginários estabelecidos pelos sujeitos na situação de comunicação, vemos surgir uma imagem do enunciador, uma imagem projetada para o discurso que é capaz de nos revelar quem é este sujeito que enuncia determinada posição, que propõe, questiona, valida ou mesmo nega algum discurso.

Segundo Maingueneau (2005, p. 76), “*ethos* é parte constitutiva da cena de enunciação”. Assim, ao enunciar, propor um discurso, manifestar-se, tematizar algo, ou mesmo calar-se diante de um fato, estamos vendo ser construído um *ethos*, formar-se uma imagem discursiva do que determinado sujeito projeta, ou deseja ser/parecer.

Sobre a maneira como o *ethos* é constituído no discurso, Amossy explica:

O orador adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo. Ele o faz não somente pelo que diz de sua própria pessoa (frequentemente, não é de bom tom falar de si), mas também pelas modalidades de sua enunciação. É então que ele incumbe o receptor de formar uma impressão do orador relacionando-o a uma categoria conhecida. O discurso lhe oferece todos os elementos de que tem necessidade para compor um retrato do locutor, mas ele os apresenta de forma indireta, dispersa, frequentemente lacunar ou implícita. (AMOSSY, 2005b. p.126)

De acordo com Maingueneau, “mesmo que o co-enunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*” (MAINGUENEAU, 2005, p. 71). De acordo com esse pensamento, verificamos que o discurso jornalístico pode contribuir também para a definição do *ethos* daquele que enuncia seu discurso através de determinado veículo de comunicação:

O jornalista tem por função transmitir informação. Mas essa informação se compõe de um conjunto de acontecimentos ou de saberes que aparentemente preexistem ao ato de transmissão, o que faz com que o jornalista se encontre numa posição que consiste em coletar os acontecimentos e os saberes, e não em criá-los, antes de tratá-los e transmiti-los. Pode-se determinar os dois papéis fundamentais que o jornalista deve desempenhar: o de *pesquisador-fornecedor* da informação e o de *descritor-comentador* da informação. (CHARAUDEAU, 2007, p. 74).

Vemos, portanto, ser construído um imaginário sobre a profissão, ou mesmo ser destinado um papel social ao jornalista, que influenciará na imagem criada a respeito dele, e também na imagem de si transportada para o discurso. Isso corrobora com a afirmação de que “a apresentação de si é tributária dos papéis sociais e dos dados situacionais” (AMOSSY, 2005a, p. 13).

Não só o nível discursivo permite-nos identificar o *ethos*. Este está presente também nas informações que obtemos a respeito do locutor, do EUc – Eu comunicante:

A construção do *ethos* será, portanto, realizada a partir de uma relação entre as escolhas do locutor (de acordo com suas visadas) e o seu *ethos* prévio, que é composto pela representação coletiva e pelos estereótipos que o auditório produz a respeito deste. (PROCÓPIO, 2008, p. 34).

Nesse sentido, temos uma dupla fonte para a construção da imagem no discurso: uma que se refere aos dados pessoais do locutor e às suas representações, sendo o *ethos* prévio; e outra instância própria do discurso, em que o enunciador manifesta-se através da própria língua na sua construção de sua imagem. Sobre o *ethos* discursivo, ainda segundo Procópio (2008), vemos que:

Na configuração do *ethos*, além dos elementos prévios, o enunciador engendra uma imagem a partir do que diz e do modo como diz. Quando falamos do que ele diz, referimo-nos ao conteúdo dos enunciados e, neste sentido, queremos identificar os assuntos que são recorrentes nas falas dos enunciadores e os universos de saberes e crenças que irão sustentar suas falas. (PROCÓPIO, 2008, p. 90).

Portanto, vemos que “o *ethos* discursivo mantém relação estreita com a imagem prévia que o auditório pode ter do orador ou, pelo menos, com a idéia que este faz do modo como seus alocutários o percebem”. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 221).

O modo de organização enunciativo

Segundo Charaudeau, “o [modo de organização] enunciativo é uma ‘categoria de discurso’ que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na ‘encenação’ do ato de comunicação (...). No enunciativo, o foco está voltado para os protagonistas, seres de fala, internos à linguagem” (CHARAUDEAU, 2008, p. 81).

Sendo assim, podemos perceber, através das categorias de análise do modo enunciativo, a maneira como o locutor se apresenta, quais são as ações

desenvolvidas por ele na enunciação e também o ponto de vista por ele sustentado no discurso.

Nessas relações entre os sujeitos, vemos a caracterização desse modo de organização do discurso:

O modo enunciativo permite organizar a colocação em cena dos protagonistas da enunciação (eu, tu e ele), sua identidade e suas relações, com auxílio dos procedimentos de modalização, igualmente denominados “papéis enunciativos” (alocutivo, elocutivo e delocutivo). (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 338).

Assim, Charaudeau (2008) define as três funções do modo enunciativo:

- **Alocutivo:** estabelece uma relação de influência entre locutor e interlocutor. Com o seu dizer, o sujeito falante implica o interlocutor, exige dele uma tomada de posição, uma resposta diante de sua fala;
- **Elocutivo:** revela o ponto de vista do locutor. O sujeito falante apresenta seu ponto de vista sem implicar o interlocutor;
- **Delocutivo:** retoma a fala de um terceiro. Há um apagamento enunciativo do sujeito falante, que não implica o interlocutor em seu discurso.

Charaudeau apresenta exemplos de cada uma das categorias modais, traçando o papel do locutor e do interlocutor no ato de enunciação. Faz parte da modalidade alocutiva as categorias de interpelação, injunção, autorização, aviso, julgamento, sugestão e proposta. Na modalidade elocutiva, estão presentes as categorias de constatação, saber/ignorância, opinião, apreciação, obrigação, querer, possibilidade, promessa, aceitação/recusa, concordância/discordância, declaração, proclamação. As asserções e os discursos relatados estão inseridos na modalidade elocutiva, mostrando atitudes desvinculadas do locutor e do interlocutor. Dessa maneira, “o Propósito existe em si, e se impõe aos interlocutores em seu modo de dizer: ‘Asserção’ ou ‘Discurso relatado’” (CHARAUDEAU, 2008, p. 100).

Partiremos dessas categorias de análise para o estudo do periódico **O Sexo Feminino**. Ao final, traçaremos a imagem da jornalista projetada no discurso do jornal.

A mulher e a história

Antes, a leitura era conhecida e realizada no país, apenas por uma elite. Mas a partir do século XIX a realidade da imprensa brasileira tendeu a seu aprimoramento e foi marcada pela chegada do jornalismo como atividade social. A corte portuguesa trouxe ao Brasil os equipamentos necessários à produção tipográfica, instaurando a imprensa oficial, com o jornal **Gazeta do Rio de Janeiro**. Segundo Borba (1993) e Sodré (1999), nesse momento, era permitida apenas a impressão de materiais que dessem visibilidade às atividades do governo, aos decretos e à administração política. Na segunda metade do século XIX, há uma proliferação de periódicos, justificada pela estabilização da política e da economia no país:

A partir da segunda metade do século XIX, o Império está com a sua estrutura articulada e firme: consolidou-se para uma larga etapa e tudo ganha aspectos duradouros, parece definitivo. A imprensa, como todo o conjunto da cultura, reflete as transformações da época. (SODRÉ, 1999, p. 186).

Essa atividade era tipicamente realizada por homens, como afirma Sodré: “era realmente a época dos homens das letras fazendo imprensa” (SODRÉ, 1999, p. 192). Contudo, apesar do patriarcalismo da sociedade brasileira, encontramos registros da atuação feminina no campo da imprensa. Como asseguram Morel e Barros, “somente na segunda metade do século XIX encontra-se um número razoável de mulheres alfabetizadas que se interessavam ‘pela poesia e os romances-folhetins’” (MOREL e BARROS, 2006, p. 60). As mulheres foram, então, conquistando espaço também como produtoras no mundo das letras, inicialmente como colaboradoras dos jornais escritos pelos homens e, a partir de 1823, assinando elas mesmas as produções no lançamento de jornais femininos, escritos e direcionados para mulheres².

Essa atividade feminina era bastante inovadora, e por que não dizer ousada, uma vez que a realidade feminina nesse período era caracterizada da forma como afirma Perrot:

² Os primeiros manifestos assinados por mulheres reivindicando participação na vida pública e direitos de cidadania foram publicados na imprensa, no Brasil, em 1823, no *sentinela da Liberdade* de Cipriano Barata.

As mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas (PERROT, 2007, p. 16-17)

Vemos, então, que a realidade feminina no século XIX apresentava-se como uma limitação ao espaço público, sendo raras as manifestações ocorridas, especialmente na criação de veículos específicos, como é o caso do **Sexo Feminino**.

Apresentamos, em seguida, uma pequena biografia de Senhorinha Diniz, para que possamos melhor fundamentar nossa análise a respeito da construção do *ethos* da jornalista através do jornal.

Breve biografia

As informações sobre a jornalista encontram-se, em muitos casos, reveladas nas próprias páginas dos jornais, num tom de pessoalidade e intimismo, que caracterizou os periódicos do século XIX. Apresentamos os dados registrados também por outros pesquisadores sobre a vida e a atuação de Senhorinha.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz nasceu em São João Del Rey³ é filha de Eduardo Gonçalves da Motta e Gertrudes Alves de Mello Ramos. Constam que suas primeiras experiências no magistério são de 1854, quando trabalhava, provavelmente, como professora na Vila de Uberaba - Minas Gerais.

Casou-se com José Joaquim da Silva, professor da Escola Normal de Campanha, advogado e proprietário do jornal **O Monarchista**. Joaquim e Francisca tiveram três filhas: Amélia Diniz, Albertina Diniz e Elisa Diniz Machado⁴.

Senhorinha Diniz era também professora. Lecionou na Escola Normal, fato que se encontra relatado nos exemplares de **O Sexo Feminino**.

³ A data exata do nascimento de Senhorinha Diniz não pôde ser confirmada em nenhuma das fontes analisadas.

⁴ Esses dados constam no exemplar de 8 de outubro de 1889. No jornal **O Sexo Feminino**, elas assinam: "As Directoras, D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz e suas filhas."

De acordo com Andrade (2006), era também colaboradora da revista **Estação**, idealizou os jornais **O Sexo Feminino**, **O Quinze de Novembro do Sexo Feminino** – nova fase do jornal no período pós-proclamação da República, em 1889 –, além das revistas **Primavera** e a **Voz da Verdade**. Senhorinha também escreveu o livro **A judia Rachel**, em 1886, com a colaboração de sua filha Elisa Diniz.

Senhorinha começou a escrever o jornal **O Sexo Feminino** em 1873 e continuou com as edições até 1889, o último ano do jornal. Nesse momento, o nome foi adaptado aos acontecimentos da história, a proclamação da República. O jornal passa, então, a se chamar **O Quinze de Novembro do Sexo Feminino** e tem suas edições até a data de 1896.

A redatora mudou-se para o Rio de Janeiro em 1875, com uma nova proposta de trabalho na Corte, para lecionar. Ela continuou com as edições de **O Sexo Feminino**, mesmo com a mudança da cidade de Campanha, local onde era editado antes o jornal. Depois da última edição de **O Quinze de Novembro do Sexo Feminino**, as informações sobre Senhorinha Diniz não são encontradas facilmente, pois muito de sua vida e de sua história eram relatados nas páginas dos jornais.

Senhorinha nas páginas de O Sexo Feminino

Propomos, para esta reflexão, a análise de um exemplar do jornal **O Sexo Feminino**. Centraremos nossas observações na coluna “A racional emancipação da mulher”, iniciada no jornal a partir de julho de 1875, quando este era escrito e vendido na cidade do Rio de Janeiro. O exemplar analisado data de 18 de agosto de 1889, pertence ao terceiro ano de publicação do periódico, número 8.

O título “A racional emancipação da mulher” repete-se com frequência nas edições do periódico. Nos artigos com este título, a jornalista discorre sobre sua proposta central de emancipação feminina através da educação. Apresentamos a capa do periódico, com a localização do artigo referido sobre emancipação, seguido do Folhetim **A Diva Isabella**, gênero recorrente no jornalismo do século XIX:



Figura 1: Primeira página do jornal **O Sexo Feminino**, em 7 de setembro de 1873.

A jornalista inicia sua coluna lembrando o leitor do objetivo do artigo que ela escreve: “este artigo tem por objecto examinar a condição actual da mulher segundo as leis e segundo os costumes”⁵. Ela pauta-se por dois elementos bastante significativos, não só na sua constituição linguística, mas na concepção sócio-histórica. “Leis e costumes” remetem-nos a certa rigidez, a certo “tradicionalismo”, porém, notamos, no decorrer do discurso proposto, que a jornalista introduz conceitos da emancipação feminina, algo que a princípio parece-nos contraditório, ou ainda funciona como uma estratégia do discurso. Essa asserção, modalidade incluída no modo delocutivo, mostra um modo de dizer bastante claro sobre o objetivo do artigo, não posto em questionamento. Sobre o conteúdo do texto, podemos identificar uma proposta para que se permaneça respeitando e pautando-se pela lei e pelos costumes, mas, ao mesmo tempo, acrescentando “pitadas” de liberdade ao discurso. Tal estratégia fica clara no seguinte trecho: “o caminho principal a seguir é o de conciliar principios em apparencia inconciliaveis”. Percebemos ainda nessa frase inicial um desejo de Senhorinha Diniz esclarecer não só o motivo da escrita do texto, como também o próprio motivo de existência do jornal **O Sexo Feminino** – “conciliar os inconciliáveis”.

No início do artigo, percebemos muitas asserções, fazendo uso, portanto, das modalidades de evidência – delocutivo – para confirmar e tornar real e verdadeiro o discurso, como em: “ella [a questão da emancipação] se liga conjuntamente e

⁵ Optamos por conservar a grafia original do texto, tal como era escrita no século XIX.

geralmente a idéias do século XIX”. A asserção de Francisca Diniz sobre a questão da emancipação da mulher apresenta aos leitores este fato: a emancipação. Não há, portanto, nenhuma dimensão de questionamento, ou mesmo de inquietação a respeito da possibilidade de se emanciparem as mulheres. Percebemos, porém, esta afirmação contundente de que há uma questão colocada em pauta – a emancipação feminina. Para tanto, é necessário discutir a forma como se dará a emancipação das mulheres. A intenção da jornalista é mostrar que “o propósito existe em si, e se impõe aos interlocutores em seu modo de dizer (...)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 100).

Notamos, nesse artigo, que Senhorinha se dirige, primeiramente, às mulheres. Ao declarar: “quando chamamos as nossas conterraneas para cooperarem conosco (...)”, referindo-se às mulheres moradoras da cidade do Rio de Janeiro, a jornalista direciona a sua fala ao destinatário dessa situação comunicativa – as mulheres – reafirmando o objetivo inicial do artigo, como proposto pela própria Francisca Diniz. Mas, há, ainda, outro sujeito destinatário desse discurso, uma vez que há no corpo do texto, elementos que nos levam a considerar que o homem também seja alvo dessa proposta comunicativa. Encontramos marcas nas falas de Senhorinha ao expor que o caminho principal é conciliar princípios a “ambos os sexos”. Há ainda no texto, alusão à figura masculina, quando a jornalista assume o pressuposto de que antigamente o saber era propriedade de “certos privilegiados”, o que nos leva a crer que a referência é feita aos homens, que eram quem mais tinha acesso à leitura e aos estudos.

As propostas feitas por Senhorinha Diniz neste artigo marcam um comportamento alocutivo, ou seja, ela se dirige ao público, propondo, sugerindo, direcionando-se ao outro. Nessa situação enunciativa, Senhorinha propõe ao interlocutor executar as ações descritas, atribuindo a si um estatuto de saber. Vemos, nesta proposta, que a jornalista estabelece com o seu enunciado uma ação a realizar, propõe uma atitude ao interlocutor, ao seu destinatário.

As sugestões de Senhorinha para “resolver o problema da condição da mulher” apresentam-se até mesmo destacadas no corpo do texto: estão identificadas com marcadores que listam e enumeram as ações sugeridas para, nas palavras de Senhorinha, “conciliar os inconciliáveis”.

A listagem e especificação dos princípios por Senhorinha apresentados mostram bastante clareza na proposta, como também a necessidade de que seus destinatários os tenham claros, para que possivelmente compartilhem com a jornalista a proposta do veículo de comunicação – **O Sexo Feminino**.

Os próprios princípios sugeridos por Francisca Diniz revelam algumas questões sobre a proposta e também sobre o seu *ethos*. Pensar em “liberdade e autoridade, mesma fé e liberdade de consciência, igualdade de hierarquia”, tendo em vista a realidade sócio-histórica do século XIX, parece-nos bastante ousado, ou mesmo desafiador para uma mulher que *a priori* não tinha muita abertura no espaço público. E para surpreender um pouco mais, em seu discurso, a jornalista propõe a igualdade desses direitos a ambos os sexos.

Após as bem situadas asserções, Senhorinha segue seu discurso de “racional emancipação”, agora se inserindo nele. O modo delocutivo é mesclado, pois, ao elocutivo, em que o sujeito é capaz de manifestar-se no discurso. Ao enunciar “não estamos mais nos tempos em que o saber era propriedade de certos privilegiados”, Francisca Diniz aproxima-se da realidade do século XIX, manifesta seu ponto de vista, e, através dessa afirmação, tenta convencer, ou mesmo alertar seu destinatário do fato consumado de que os tempos são outros.

A constatação –modalidade elocutiva – atribui ao locutor o papel de reconhecer um fato –novos tempos –do qual ele parece limitar-se a observar a existência. Segundo Charaudeau, “expressar uma constatação é uma maneira de tomar conhecimento dessa existência (...), mas é também uma maneira de significar que ele se recusa a avaliar – ‘Eu não julgo, eu contato’-” (CHARAUDEAU, 2008, p. 91).

Para sustentar ainda mais seu discurso, vemos surgir um *ethos* de uma mulher historiadora, que está atenta aos acontecimentos, que tem a capacidade de recuperá-los e registrá-los através do periódico. Ela percebe as sutilezas, as mudanças e as injustiças do espaço em que vive, a realidade brasileira, e, portanto, apresenta-se como alguém capaz de reconhecer também e acolher a realidade feminina. Esse percurso histórico também contribui para a construção desse *ethos* de mulher engajada politicamente, interessada na formação histórica e, possivelmente, nos caminhos futuros que terão as páginas da realidade brasileira – a pensar na realidade feminina.

Nesse sentido, a enunciadora apresenta ainda outro *ethos*, o da lutadora, da militante: “não estamos mais nos tempos em que o saber era propriedade de certos privilegiados”. Há, aqui, uma conclusão implícita: “urge a mudança”. Juntamente com esse discurso de “tempos novos”, “século das luzes”, do dêitico “hoje”; “da nova geração”, há um pedido, ou mesmo uma ordem implícitos: “Acordem para a realidade da mulher. Acompanhem esta mudança”.

É possível notar ainda ações delocutivas nas falas de Senhorinha Diniz. Ao propor a conclusão de seu artigo, ela utiliza o discurso relatado: “como diz Flamarion⁶, temos de ver que a verdadeira liberdade consiste na soberania da inteligência, não é mais permitida a escravidão da mulher!...”. Percebemos, pois, nessa citação, que Senhorinha isenta sua participação nessa fala, ao convocar outra voz – a de Flamarion – para assumir a afirmação da necessidade de liberdade feminina. Encontramos, portanto, um desejo de validação no discurso relatado.

Há aí uma imagem de superioridade, ao notarmos que, na maioria das vezes, a enunciadora apresenta-se através de modos delocutivos – asserções e discursos relatados –, e alocutivos, falas estas nas quais o locutor mostra-se mais forte que o interlocutor.

No artigo intitulado “A racional emancipação da mulher”, percebemos a recorrência de modalidades delocutivas, também mescladas, em menor nível, às modalidades elocutivas e alocutivas. Um exemplo do uso elocutivo é a apresentação da jornalista na primeira pessoa do plural. Senhorinha não se apresenta claramente assumindo a primeira pessoa do singular EU. Em seu discurso, a sua voz está inserida no “nós”, na coletividade. Este é um elemento importante também na construção da imagem da jornalista, que não se mostra sozinha, sustentando seus ideais, mas fala em nome de um grupo, em nome das mulheres.

⁶ Camille Flamarion foi um importante astrônomo e colaborador de Alan Kardec no desenvolvimento da doutrina espírita. Ele nasceu em Montigny-Le-Roy, França, em 1842.

Considerações finais

A partir dos subsídios da Análise do Discurso, apresentamos, neste artigo, a maneira como a jornalista Senhorinha Diniz expõe sua imagem ao público. A mulher projetada no discurso jornalístico carrega consigo imagens diversas que traçam seus *ethé* de identificação. Com a intenção de analisar essa construção discursiva, pudemos, a partir do modo de organização enunciativo, delinear a imagem que identifica a jornalista, através de seu periódico. Verificamos, portanto, que a imagem de enunciadora, comunicada a nós, é de uma mulher responsável por revelar aos outros, aquilo que ainda não o sabem, tanto aos homens – que o saber não é propriedade de poucos –, como às mulheres – que elas podem se instruir e adquirir direitos como os homens. Vemos assim, a finalidade informativa do discurso.

A jornalista se apresenta ainda como portadora de uma visão do todo, com quem é capaz de observar, analisar e julgar o que acontece ao seu redor. Essa projeção assemelha-se ao que entendemos hoje como sendo função do jornalista: “o jornalista pretende ser didático, aspirando ao papel de educador da opinião pública” (CHARAUDEAU, 2008, p. 78).

Assume a posição daquela que também tem a função de mudar, de alertar, de “fazer saber” e “fazer crer”, pois este é o papel próprio do jornalista - aquele que clareia algo, que mostra o verdadeiro – efeito de verdade –, que se coloca na posição de quem sabe mais e tem o “dever” de expandir seus saberes, de compartilhá-los com seus leitores, destinatários. Nesse caso, vemos que muito mais do que “fazer saber”, Senhorinha pretende fazer crer determinada realidade e ainda mais, “fazer crer” que a solução, a resposta a essa necessidade de mudança e progresso na sociedade está na educação e instrução da mulher. Essas características estão de acordo com o que propõe Charaudeau sobre a finalidade do contrato de comunicação:

Uma visada de fazer saber, ou visada da informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão; uma visada de fazer sentir, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência. (CHARAUDEAU, 2008, p. 86).

Não se trata apenas do jornalismo em seu sentido estrito, mas também da militância de uma causa específica: a situação das mulheres no século XIX. Senhorinha Diniz, em seus textos, fazia uso das estratégias discursivas e do seu entendimento como educadora para militar pela causa feminina, para convencer as mulheres de seu importante papel como mães e educadoras, como mulheres que merecem ocupar espaço na sociedade comandada por homens, já que são elas as responsáveis por trazer ao mundo os representantes da própria sociedade.

Concordamos com Amossy, quando ela diz que:

A construção discursiva do *ethos* se faz ao sabor de um verdadeiro jogo espetacular. O orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público. (AMOSSY, 2005b, p. 124).

É dessa maneira que compreendemos a construção ethótica de Senhorinha Diniz, como este jogo especular entre os sujeitos, perpassando os imaginários sociais, as noções do discurso jornalístico e da função do jornalista na relação com seu destinatário.

Abstract

The present article intends to analyze the image building of the journalist Francisca Senhorinha Diniz, in her XIX century journal, **O Sexo Feminino**. The task belongs to the Discourse Analysis area, especially in the studies about *ethos*, in Ruth Amossy (2005a, 2005b). Our methodology focuses on the categories of the manner of enunciating, proposed by Patrick Charaudeau (2008) to draw up the image projected in the discourse by the enunciator. We have noticed, through analyses, the image of a woman worried about the female insertion in society, while building a historical *ethos*, enlightening and pragmatic.

Key-words: Senhorinha Diniz; **O Sexo Feminino**; *Ethos*; Woman in the XIX century; Journalism.

Referências

AMOSSY, R. Da retórica de *ethos* à análise do discurso. In: **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005a. p.9-27.

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005b. p. 119-144.

ANDRADE, Fernanda Alina de Almeida. **Estratégias e escritos: Francisca Diniz e o movimento feminista no século XIX**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BORBA, R. M. A impressão régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da impressão régia no Rio de Janeiro (1808-1822)**. São Paulo: Edusp, 1993.

CHARAUDEAU, P. (Org.). **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: CONTEXTO, 2008.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

DINIZ, S. A racional emancipação da mulher. In: **O sexo feminino**. 18 de agosto de 1889. Ano III, Número 8.

MAINGUENEAU, D. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. **As imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MOREL, M e BARROS, M. M. Literatura cotidiana e imagens impressas. In: **Palavra, imagem e poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 51-75.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PROCÓPIO, M. R. **O ethos do homem do campo nos quadrinhos de Chico Bento**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ANEXO

O SEXO FEMININO

18 de agosto de 1889. Ano III, Número 8
Rua do lavradio, 101.

A racional emancipação da mulher

Este artigo tem por objecto examinar a condição actual da mulher segundo as leis e segundo os costumes. A questão da emancipação da mulher, seu destino na sociedade não toca sómente a mulher, ella se liga conjuntamente e geralmente á idéias do seculo XIX.

Si não estamos em engano, o caminho principal a seguir é o de conciliar principios em apparencia inconciliaveis, de autoridade, autonomia, igualdade de direitos, emfim, estes a ambos os sexos:

- Accordar em haver liberdade e autoridade
- Accordar em haver a mesma fé e liberdade de consciência. – Accordar na igualdade de hierarchia

- Accordar em que haja ordem nas ideias do livre arbítrio do poder divino. – Accordar em a ordem social, livre posse do capital e salário, posse de bens e profissões, etc., é de alta importância. Não estamos mais nos tempos em que o saber era propriedade de certos privilegiados. O feudalismo, a cavallaria e doravante, as crusadas, os prejuízos de castas e desvanecimentos chimericos já são passados, deixando-nos apenas os traços das suas temporárias conquistas. A nova geração procura e procurará fazer desaparecer esses tristes vestígios de bárbaros tempos.

Hoje, dizemos, o horizonte da humanidade nos mostra a linha do caminho que temos a percorrer. O seculo das luzes, seculo, em que, como diz Flamarion, temos de ver que a verdadeira liberdade consiste na soberania da intelligencia, não é mais permittida a escravidão da mulher!... Quando chamamos as nossas conterraneas para cooperarem comnosco na santa crusada da nossa instrução, por termos plena certeza de que, sem que façamos propaganda da instrução do nosso sexo, proporcionamos a elle, nas casas de educação, os meios de attingir o nosso fim. A civilisação da humanidade depende de nossos esforços em bem da educação da mocidade.

Os jornaes e os professores em suas cadeiras de ensino serão os obreiros do progresso.